



# Observatório da Oposição

19 DE JUNHO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 9

Acordo assinado pelo  
Brasil prevê troca de  
informações sigilosas  
com a Venezuela

**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

**RM**

**SENADOR ROGÉRIO MARINHO**

LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL

ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

# PRIORIDADES DA SEMANA

1

ECONOMIA

2

POLÍTICA

3

EDUCAÇÃO

4

TECNOLOGIA

5

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

## SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

**EV**AIR  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



## Reformas combatidas pelo PT foram determinantes para melhora do *rating* brasileiro

**Reformas da previdência e trabalhista, assim como autonomia do Banco Central, são apontadas como responsáveis pela melhora no ambiente de negócios**

- A agência de classificação de risco S&P mudou a avaliação do cenário brasileiro de estável para positivo, indicando possível aumento de nota no futuro. A nota de *rating* do Brasil se manteve em BB-, grau especulativo.
- De acordo com a agência, as reformas realizadas nos últimos 6 anos foram, em grande medida, responsáveis pelos resultados acima do esperado do PIB nos últimos dois anos e justificam a melhora na avaliação do país.
- No relatório, a agência deu destaque para as Reformas Trabalhista e Previdenciária, Independência do Banco Central e Lei das Estatais.
- No entanto, o governo atual, apesar de ter se colocado contra todas as medidas citadas e sinalizado o interesse de revertê-las ou alterá-las, comemorou a mudança de posição como vitória pessoal. É importante ressaltar que:
  - O ministro do Trabalho fala abertamente em rever a reforma trabalhista, mesmo depois de receber o governo com taxa de desemprego de 7,9% (queda de mais de 6p.p.) e massa salarial recorde de R\$ 277,6 bilhões<sup>1</sup>;



Marcelo Camargo/Agência Brasil

<sup>1</sup>Reforma trabalhista foi “tragédia para formalização do trabalho”, mas não deve ser revogada, diz ministro.



- A Reforma da Previdência economizou cerca de R\$ 156 bilhões em 3 anos, valor equivalente à PEC da Gasto aprovada na transição. Ainda assim, o governo quer reverter pontos da reforma, como já sinalizou o ministro da Previdência<sup>2</sup>;
- Como é de amplo conhecimento, o Presidente da República e seus ministros atacam e questionam a independência do Banco Central desde a sua aprovação;
- A Lei das Estatais diminuiu o número de empresas públicas e aumentou o lucro das estatais. Mesmo assim, o governo tentou desidratar a lei para permitir indicações incompatíveis com o cargo, um dos impedimentos centrais da legislação<sup>3</sup>;
- O governo anterior foi o primeiro a entregar gastos menores do que recebeu, revelando o esforço fiscal da gestão passada que o governo atual pretende reverter<sup>4</sup>.
- A S&P, assim como agentes do mercado brasileiro, indicaram expectativa de crescimento da dívida pública nos próximos anos, mesmo com o arcabouço fiscal.

<sup>2</sup> Reforma da Previdência economiza R\$ 156 bi em 3 anos e supera estimativas iniciais - 28/08/2022 - Mercado - Folha

<sup>3</sup> Com brecha na Lei das Estatais, Lula amplia indicados políticos em empresas públicas

<sup>4</sup> Menezes da Silva: Pela 1ª vez, governo vai entregar gasto menor do que recebeu - InfoMoney



- Sobre o arcabouço, a agência afirmou que:
  - O novo marco é “mais permissivo” que o teto de gastos;
  - A arrecadação do Brasil já é elevada e que seu aumento levaria apenas a resultados modestos no âmbito fiscal;
  - O crescimento do país estará limitado pelos déficits fiscais elevados e pela alta rigidez orçamentária.
- A avaliação mais positiva, porém, não foi consenso entre as agências de avaliação de risco. A Goldman Sachs, por exemplo, afirmou que a mudança foi “inesperada” e que o cenário do país ainda é muito incerto, com pioras no ambiente regulatório e microeconômico.
- Apesar do resultado positivo, a S&P esclareceu que poderá retornar a avaliação do país para “estável” caso se confirme um endividamento público acima do esperado - como vem sendo alertado nas discussões sobre o arcabouço fiscal.

# Mesmo antes de aprovação, governo já negocia alterações desastrosas ao arcabouço fiscal

## Mudanças podem garantir gastos exageradamente elevados a partir de 2024

- Na redação inicial do arcabouço fiscal, o governo previa um aumento de despesas fixo em 2,5% real para 2024. Essa manobra, justificadamente, não foi bem vista.
- Em substituição, foi proposto um mecanismo de correção inflacionária que permitiria aumento de gastos caso se verificasse que a inflação observada fosse maior que a prevista. Isso abriria até R\$ 40 bilhões de gastos adicionais.
- Contudo, essa mudança provocou problemas na elaboração do orçamento. Algumas despesas teriam de ficar condicionadas aos créditos suplementares.
- Isso possivelmente atrasará a aprovação da LDO e da PLOA, ensejando, ainda, possíveis mudanças nas leis após suas aprovações.
- Além dos erros na articulação do governo na aprovação da medida, nota-se uma falta de disposição para se realizar um ajuste fiscal efetivo, pois conta-se com receitas incertas para viabilizar gastos exageradamente elevados no próximo ano.



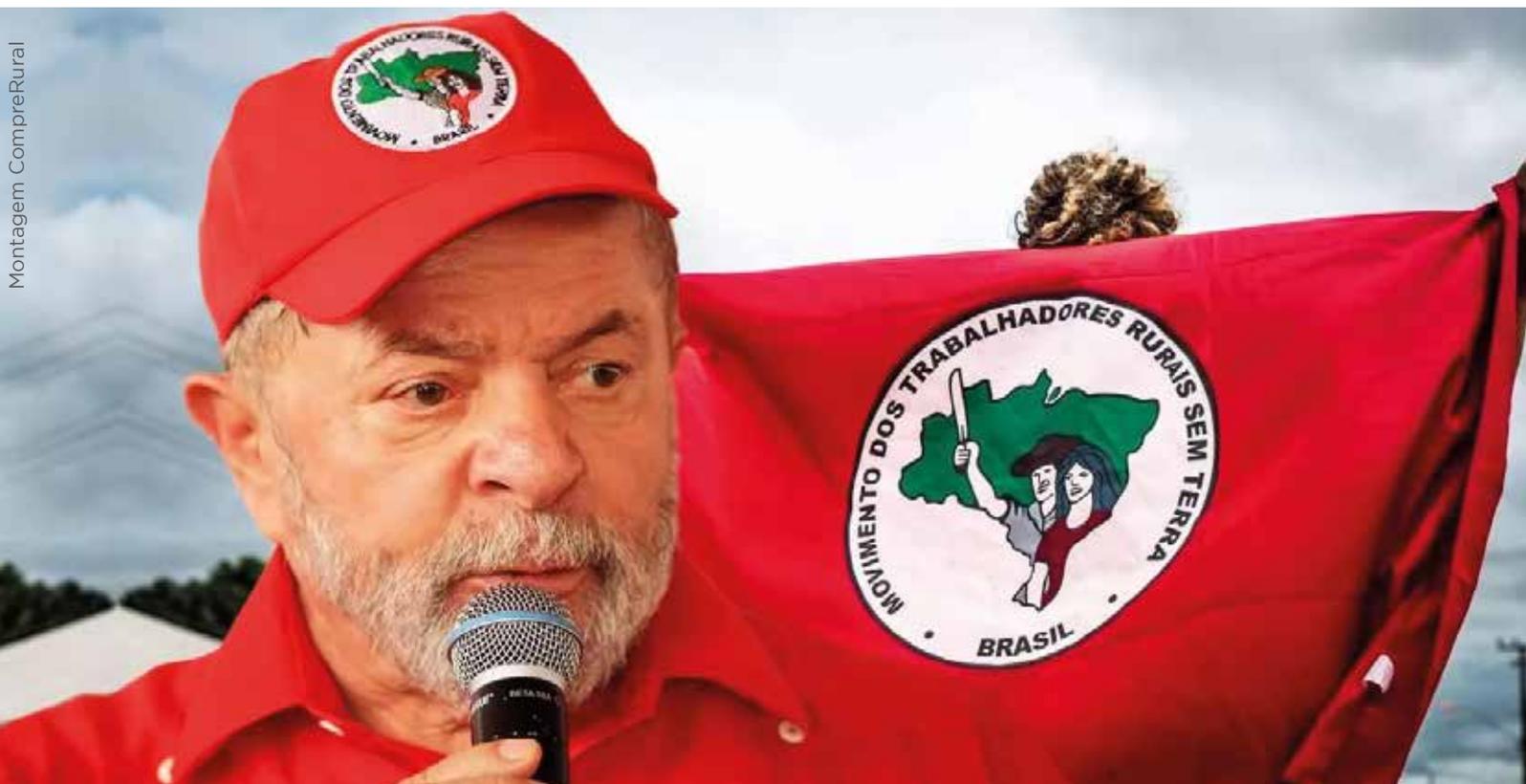
Diogo Zacarias/O Globo

**EV AIR**  
DE MELO | DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

## Cresce o prestígio do MST dentro do governo Lula

**Lideranças do movimento ocupam cada vez mais cargos estratégicos dentro do governo federal**

- O MST continua avançando nos cargos estratégicos dentro do governo Lula e também no número de invasões pelo país.
- A última nomeação foi de um dos coordenadores nacionais do MST, Alexandre Conceição, que será assessor especial dentro da pasta do Ministro Paulo Teixeira (PT/SP), no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar do Brasil (MDA).
- O Ministro é aliado de primeira linha de Lula e acompanhou o presidente quando o mesmo foi conduzido coercitivamente para depor sobre investigações nas ações penais do “tríplice do Guarujá” e do “Sítio de Atibaia”.



- Esses imóveis que receberam reformas de empreiteiras investigadas por corrupção na Petrobras.
- De janeiro até junho deste ano, outras nomeações vinculadas ao MST também ganharam destaque negativo no cenário político nacional.
- A primeira nomeação ainda no primeiro mês deste ano foi para o comando da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas. Kelli Mafort deixou a coordenação nacional do MST para ser Secretária Nacional de um órgão da Secretaria-Geral da Presidência, chefiada pelo Ministro Márcio Macedo (PT/SE), ex-deputado federal, ex-tesoureiro do PT, e atualmente um dos vice-presidentes nacionais do PT.
- Kelli Mafort tem histórico em ocupação de propriedades rurais, invasão de prédios públicos e bloqueio de rodovias.
- Uma das invasões mais notórias que a Secretária Nacional de Diálogos Sociais do governo Lula participou foi a invasão de uma fazenda em Duartina (SP), pertencente a um ex-assessor de Michel Temer (MDB/SP). Os invasores estavam armados e renderam os funcionários da fazenda, depredaram a sede, danificaram veículos, furtaram equipamentos, abateram animais e espalharam excrementos nas dependências da propriedade.
- Kelli Mafort, como líder da invasão, justificou o ato como “uma ocupação para denunciar a intervenção do agronegócio na articulação do golpe (o então processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff)”.
- Kelli Mafort foi indiciada por furto, dano, disparo de arma de fogo e organização criminosa, mas o caso acabou arquivado.
- Houve também a nomeação de Milton Fornazieri, antes coordenador do MST e agora, Secretário de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.
- Outra nomeação suspeita é a de Ayala Ferreira, dirigente nacional do MST, que passou a integrar o “Conselhão” de Lula.
- Essas nomeações demonstram que PT e MST estão sempre alinhados.





## Política de alfabetização anunciada por Lula exclui populações específicas e pode aumentar desigualdades na educação

**Novo programa ignora metas propostas pelo Plano Nacional de Alfabetização, aprovado pelo Congresso Nacional**

- O anúncio do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada frustrou quem esperava uma política pública capaz de melhorar os índices de alfabetização no Brasil.
- Em linhas gerais, o governo promete implementar medidas para que crianças estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental, restringindo seu alcance às competências em leitura e escrita daquelas matriculadas na rede de ensino, deixando de fora, por exemplo, o domínio de matemática básica.

Fabio Rodrigues-Pozzebom





- No lançamento do Compromisso, o Governo prometeu investimento de R\$ 1 bilhão em 2023, e de mais R\$ 2 bilhões nos próximos três anos. O recurso terá como critério de distribuição a proporção de crianças não alfabetizadas; as características socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero; e a presença de crianças que compõem o público-alvo da educação especial inclusiva.
- Chama a atenção que, além de deixar de fora o domínio de matemática básica, a medida não leva em consideração problemas e especificidades na alfabetização que estão além dos anos iniciais do ensino fundamental, mas em toda a fase do ensino básico e na educação de jovens e adultos.
- Com isso, o governo deixa em segundo plano, a ser regulamentado pelo MEC, ações e definição de estratégias para garantia do direito à alfabetização de populações específicas (educação de jovens e adultos; educação especial; educação bilíngue de surdos; educação do campo; educação escolar indígena; e educação escolar quilombola).
- Dessa forma, fica claro que o compromisso de investimento e a adoção de medidas do Governo Lula é apenas com as crianças ingressas na educação básica, negligenciando todos os demais estudantes e desconsiderando as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pelo Congresso Nacional.

# Mais uma tentativa do governo PT de promover a inclusão digital em escolas públicas, agora vai?

Durante o “Painel Telebrasil Innovation 2023”, o Ministro das Comunicações, Juscelino Filho anunciou em seu discurso uma [iniciativa para levar internet às escolas](#)

- Juscelino mencionou a utilização de recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (FUST), R\$ 316 milhões do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel) e financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 100 milhões.
- A informação sobre o [lançamento do programa foi corroborada pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa](#), após a reunião ministerial desta quinta-feira. Segundo o ministro, a ideia é proporcionar banda larga para todas as escolas públicas do país até o fim do terceiro mandato de Lula, no âmbito de projetos de infraestrutura do denominado “novo PAC”, que deve ser lançado em julho.
- A questão é de extrema importância para o futuro do país, não podendo ser implementada de forma açodada e incompleta.
- Não obstante o mérito da iniciativa em elaboração, consideramos conveniente rememorar as experiências anteriores do governo PT em inclusão digital do ensino público, com a intenção de que não sejam repetidos os mesmos equívocos.



Isac Nobrega/MCom

**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

- O governo precisa se concentrar em medidas concretas para promover uma inclusão digital abrangente, indo além da propaganda política.
- É essencial estabelecer políticas de longo prazo para garantir acesso à internet de alta velocidade em todo o país, conforme indicado pelo [Acórdão do Tribunal de Contas da União sobre o setor de telecomunicações](#).
- É necessário institucionalizar políticas de banda larga com monitoramento e avaliação adequados, a fim de evitar investimentos ineficientes e mitigar os riscos decorrentes da falta de coordenação multissetorial e inter federativa.
- É recomendável realizar estudos sobre a carga tributária sobre serviços e dispositivos digitais necessários para a conectividade, considerando que custos mais altos representam uma barreira significativa, especialmente para a parcela mais vulnerável da população.
- O Brasil é apontado no relatório ICT Price Trends, da União Internacional de Telecomunicações (UIT), como um dos países com uma das [maiores cargas tributárias sobre serviços de banda larga fixa e móvel, chegando a 40,2%](#).
- Além disso, dispositivos eletrônicos como computadores, celulares e tablets também sofrem uma carga tributária considerável, variando entre 24,30% e 39,12%, considerando a aplicação do [Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação](#).
- Para garantir que as políticas sejam efetivamente implementadas e atinjam seus objetivos, também é essencial que os atores envolvidos nesse processo estejam aptos a lidar com as demandas e desafios do mundo digital.
- A alfabetização digital dos principais atores permitirá que compreendam as novas tecnologias e suas implicações, incluindo as oportunidades e os riscos associados ao mundo digital.
- Ademais, a criação de conteúdos digitais e o alinhamento pedagógico são indispensáveis para aproveitar plenamente os recursos oferecidos pelos dispositivos digitais e a internet banda larga nas salas de aula.
- Ao integrar efetivamente a tecnologia e o processo educacional, é possível proporcionar uma educação mais atrativa e alinhada com as demandas contemporâneas, preparando os alunos para os desafios e oportunidades do mundo digital.



## Linha do tempo dos programas de inclusão digital

Programa	Caracterização	Entraves
Um Computador por Aluno (PROUCA)	Lançado em 2007, e oficializado por meio da Lei nº 12.249 em 2010. O intuito era promover a inclusão digital nas escolas públicas.	Dentre os problemas apresentados pelo programa ressaltamos a falta de dispositivos para todos os alunos; a carência de práticas pedagógicas potencializadas pelos dispositivos; a baixa qualidade dos equipamentos utilizados; a omissão de processos de manutenção das máquinas e a obsolescência tecnológica; a inexistência de infraestrutura elétrica para sustentar o uso simultâneo dos equipamentos e a ausência de conectividade à internet, que poderia promover o uso desses dispositivos.
Banda Larga nas Escolas (PBLE)	Introduzido, em 2008, com a finalidade de estabelecer um programa governamental para prover internet às escolas públicas urbanas brasileiras.	O PBLE enfrentou diversos problemas durante a fase de implementação, o que demonstrou falhas no desenho da política. Podemos destacar a falta de preparo em habilidades digitais básicas por parte de gestores públicos e professores; a falta de conhecimento das prefeituras sobre o programa e seus objetivos; os conflitos entre programas municipais e estaduais com propósitos análogos; a falta de manutenção dos equipamentos; as conexões de internet lentas e insatisfatórias; <b>a falta de dispositivos digitais para garantir acesso efetivo</b> ; a ausência de infraestrutura física e elétrica básica para apoiar a iniciativa; e a subutilização dos laboratórios de informática em práticas pedagógicas.
Cidades Digitais	Lançado, em 2012, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O era intuito estabelecer redes de fibra óptica para conectar órgãos públicos locais, disponibilizar aplicativos para prefeituras e cidadãos, capacitar servidores municipais e fornecer pontos de acesso à internet sem fio. Uma das principais metas era ter um impacto positivo em áreas críticas, como a saúde e a educação municipal. O projeto foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), garantindo um orçamento de R\$ 100 milhões em 2013 para o desenvolvimento de pilotos em 80 cidades.	Entre as várias deficiências do programa, uma <b>auditoria do Tribunal de Contas da União</b> identificou a falta de um estudo abrangente e estruturado sobre o público-alvo do programa; baixa coordenação entre os órgãos dos diferentes níveis de governo envolvidos; ausência de coordenação multissetorial e deficiências significativas nos fundamentos essenciais da inclusão digital, como infraestrutura, alfabetização digital e conteúdo.  Por fim, a auditoria revelou que os municípios mais necessitados de ações e programas de inclusão digital foram minoria no Programa Cidades Digitais, representando aproximadamente 8,12% dos participantes.
Plano Nacional de Educação (PNE)	Lançado, em 2014, estabeleceu como meta a universalização do acesso à internet de banda larga “de alta velocidade” até 2019, além de triplicar a relação computador/aluno até 2024 nas escolas da rede pública de educação básica.	Conforme o relatório da TIC Educação 2020, os gestores relataram que 82% das escolas de Ensino Fundamental e Médio possuíam acesso à Internet. Porém, esse resultado oculta disparidades. Por exemplo, o percentual de escolas rurais com acesso à internet é de 52%, ante 98% das escolas urbanas. A pesquisa descreve que 37% das escolas em áreas rurais e 21% das escolas municipais não possuíam nenhum tipo de computador (tablet, laptop ou computador de mesa), o que na prática dificulta aplicações pedagógicas das TICs. Destacamos ainda a existência de cerca de 3 mil escolas que não possuem sequer energia elétrica (6%).  De forma complementar, esses dados são corroborados pelas respostas dos professores de escolas públicas municipais e estaduais, que reportam como barreiras para o uso das TIC nas escola o número insuficiente de computadores por aluno (82%), a baixa velocidade de conexão à internet (72% e 73%, respectivamente) e a ausência de curso específico para o uso do computador e internet nas aulas (62% e 66%, respectivamente).



# RELAÇÕES INTERNACIONAIS

EV AIR | DEPUTADO FEDERAL  
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

## Acordo assinado pelo Brasil prevê troca de informações sigilosas com a Venezuela

**Dados sensíveis poderão ser compartilhados com quem sofre forte influência do serviço secreto cubano, da FSB russa, do Irã e do Hezbollah (organização considerada terrorista pelos Estados Unidos)**

- No dia seguinte ao encontro de Lula e Maduro, foram assinados dois acordos e uma “Declaração conjunta”. No material, eles listam uma série de metas no restabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Venezuela. No item 38, Lula e Maduro preveem a necessidade de aumentar a articulação dos órgãos de inteligência e fortalecer as redes de informação dos dois países. O item é preocupante devido ao histórico da participação do serviço secreto russo, a FSB, do serviço secreto cubano, do serviço secreto iraniano e do Hezbollah. Todos esses países têm acordos similares com a Venezuela.
  1. No dia 23 de março, em Washington, o ex- presidente da Colômbia, Iván Duque disse que a ditadura de Maduro está fazendo espionagem no país desde que as relações com a Venezuela foram retomadas. Segundo ele, o objetivo de Caracas é obter informações sigilosas para exercer pressão.



Spencer Platt/Getty Images

“O que chamam de cooperação da Direção Nacional de Inteligência da Colômbia com inteligência da Venezuela é para facilitar as operações de espionagem da Venezuela na Colômbia”, disse Duque. Em maio de 2020, quando Duque era presidente, o então ministro das Comunicações da Venezuela, Jorge Rodríguez, declarou que a presença de agentes infiltrados na inteligência e nas forças armadas permitiu obter informações para impedir um atentado ao palácio de Miraflores, sede da presidência venezuelana.

2. “O ex ditador cubano, Raúl Castro, reconheceu que havia 20 mil cubanos na Venezuela dedicados a ajudar Maduro. Eles têm influência não só nas forças armadas, mas em setores como telecomunicações , petróleo, identidade nacional, cultura e saúde”, afirmou Júlio Borges, chefe da Comissão de Relações Exteriores do governo venezuelano paralelo de Juan Guaidó (2019-2020). Em reportagem de 2020 do jornal colombiano El Tiempo, o general venezuelano Manuel Ricardo Christopher Figuera, que foi chefe do Serviço Bolivariano de Inteligência (Sebin) até partir para o exílio em 2019, disse que a influência cubana “é muito alta” nos comandos militares, na inteligência e contra-inteligência na Venezuela.
  3. Os serviços de inteligência da Venezuela também têm ligações com o Irã e o Hezbollah (grupo considerado terrorista pelos Estados Unidos). Essa informação foi divulgada em um relatório de 2020 do think tank americano Atlantic Council. O relatório narrou que o ex-chefe da contra-inteligência militar venezuelana Hugo Carvajal Barrios e o Hezbollah, possuem laços estratégicos. “A localização estratégica da Venezuela na América do Sul e na encruzilhada do Caribe oferece ao Irã e ao Hezbollah a capacidade de diminuir sua desvantagem geográfica em relação aos Estados Unidos”, descreveu o Atlantic Council.
- No ponto 18, Lula e Maduro se dispõem a “retomar as discussões sobre a suspensão da Venezuela no Mercosul”, ignorando a violação da “cláusula democrática” da organização, que foi um dos motivos que levou a expulsão da Venezuela do bloco.
  - “Comprometeram-se a apoiar a promoção e proteção dos direitos humanos e reiteraram a vontade de seus governos de defender os princípios de universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, tanto dos direitos civis e políticos, quanto dos direitos econômicos e sociais e culturais, e concordaram com a necessidade de fortalecer o sistema universal de direitos humanos”, invoca o item 54, em total arbitrariedade com as investigações de que o regime Chavista é sistematicamente condenado, como violações tanto na ONU quanto no Tribunal Penal Internacional.